

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE

RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 9h 10min no Auditório do Parque Massairô Okamura ocorreu a 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Apreciação da Ata da 57ª Reunião Ordinária; Informes; Apreciação da atualização da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO, Sr. Nédio Carlos Pinheiro, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. Alexandre Posseson da Silva e Sra. Isabela Harumi Nepomuceno, representantes da SEDEC; Sra. Fátima Aparecida da Silva locca, representante da UNEMAT; Sra. Margarida Marchetto, representante da UFMG; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da ABAS; Sr. Bathilde Jorge Moraes Abdalla, representante da OAB; Sr. Jesse Rodrigues de Arruda Barros, representante do CREAMT; Sr. Renato da Gama Nogueira representante da ALTO JAURO ENERGÉTICA; Sr. André Luis Sagiorato Marcon, representante da COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES; Sra. Alessandra Panizi de Souza, representante da FIENT; Sr. Vicente Falcão de Arruda Filho, representante do Instituto AÇÃO VERDE; Sr. Fabrício Hideo Dias Doi, representante da AGROPECUÁRIA CHAPADA DOS GUIMARÃES; contando ainda com a presença de representantes de entidades suplentes, Sr. Pedro Geraldo Síviero, representante da GUARANTA Energética S/A; e Sra. Luciana Luzia Calçada Barreto, representando a CAB Cuiabá. A Reunião foi aberta pelo Secretário Executivo, agradeceu a presença de todos e colocou que o objetivo de realizar esta reunião é apreciar a Minuta de revisão da Lei nº 6.945/97, que trata da Política Estadual de Recursos Hídricos, para verificar a necessidade de atualização, ponderando que a mesma já foi apreciada em reuniões anteriores, porém como permaneceu parada na SEMA e vislumbrou-se a oportunidade de nova apreciação. Em seguida passou ao primeiro ponto da pauta, colocando em apreciação a Ata da 57ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando a Presidente colocou em votação a Ata da 57ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade à pauta, passou a palavra à Secretária do CEHIDRO que informou aos conselheiros que a CAB solicitou uma alteração do local da próxima reunião ordinária, que ocorrerá em 10 de setembro de 2015, para a sede da CAB Cuiabá no bairro Carumbé, para que possa apresentar a ampliação do atendimento do

35 esgoto mais tecnicamente bem como apresentar o diagnóstico de alteração da qualidade
36 da água e avanço das ocupações em direção aos mananciais, e os avanços das
37 discussões na Câmara Técnica de Gestão Urbanística e no Conselho Municipal de
38 Desenvolvimento Estratégico, e questionou aos conselheiros se aprovam a alteração do
39 local e a inclusão desta apresentação na Pauta, o que foi aprovado pelos presentes.
40 Dando continuidade informou aos conselheiros que no dia 06 de agosto de 2015, no
41 auditório da SEMA, a apresentação do trabalho "Dimensionamento das demandas e
42 oportunidades provenientes das atividades de restauração ecológica nas Áreas de
43 Preservação Permanente (APPs) dos rios Jauru, Cabaçal, Sepotuba e Alto do Rio
44 Paraguai", o qual faz parte do escopo do Pacto em Defesa das Cabeceiras do Pantanal,
45 tendo sido apoiado pela WWF Brasil e realizado pelo Centro de Pesquisas Ambientais do
46 Nordeste – Cepan e trata da realização de um estudo de dimensionamento de
47 oportunidades decorrentes da restauração de áreas de preservação permanente em
48 20.000 hectares ao longo dos 4 cursos hídricos abrangidos pelo projeto. Em seguida
49 colocou aos conselheiros que no dia 10 de agosto de 2015 ocorrerá "1ª Reunião dos
50 Secretários Executivos dos Conselhos de Políticas Públicas da Administração Estadual de
51 Mato Grosso", organizado pelo Gabinete de Transparência e Combate à Corrupção onde
52 o CEHIDRO será representado pelo Secretário Executivo e pela Secretária do CEHIDRO.
53 O Secretário Executivo informou aos conselheiros que foi assinado um acordo de
54 resultados entre a Secretária e o Governador, com metas a serem atendidas até 31 de
55 dezembro de 2015 seguindo o mesmo padrão do acordo dos 100 dias, o qual foi
56 desmembrado em acordos que a Secretária assinou com os Superintendentes onde
57 constam as metas específicas de cada setor, com o mesmo prazo de atendimento. Dando
58 continuidade à pauta passou à Apreciação da Minuta de Revisão da Lei 6.945/97, que
59 trata da Política Estadual de Recursos Hídricos. Ficou acordado que a Secretária do
60 CEHIDRO irá fazer a leitura dos artigos destacando as alterações sugeridas pela PGE e
61 os conselheiros farão suas ponderações e sugestões de alterações quando necessário. A
62 Secretária do CEHIDRO procedeu à leitura dos artigos 1º a 9º. Leu o artigo 10,
63 ponderando que a PGE sugeriu a supressão do §2º, que diz "O enquadramento deverá
64 ser aprovado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica quanto existir", porém tinha sido decidido
65 pela manutenção do mesmo na discussão anterior. A conselheira Alessandra Panizi
66 colocou que a princípio a aprovação do enquadramento deveria ser realizada pelo
67 CEHIDRO, devendo a proposta de enquadramento ser encaminhada pelo Comitê, de
68 acordo com o Art. 8º da Resolução nº 91 de 05 de novembro de 2008 do CNRH,

69 sugerindo que seja feita uma consulta à PGE em relação à supressão deste parágrafo e
70 trazido na próxima reunião, o que foi aprovado pelos presentes. A Secretária Executiva
71 deu continuidade à leitura dos artigos 11 a 14. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu
72 que a inclusão de um artigo com o mesmo texto do Art. 16 da Lei 9.433/97, que diz " Toda
73 outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e
74 cinco anos, renovável.", o que foi aprovado pelos presentes. A Secretária do CEHIDRO
75 procedeu a leitura dos artigos 15 e 16 da Minuta, sendo colocado pelo conselheiro
76 Bathilde Abdala que os dois artigos estão repetitivos. A conselheira Alessandra Panizi
77 colocou que o artigo 16 usa o termo cassação, ponderando que é complicado a utilização
78 do mesmo. Sugeriu-se que o artigo 16 fosse suprimido e o artigo 15 ficasse com a
79 redação "Art. 15 A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser, mediante
80 processo administrativo, suspensa parcial ou totalmente por prazo determinado ou
81 revogada, nas seguintes circunstâncias: I – não cumprimento pelo outorgado dos termos
82 da outorga; II – ausência de uso por três anos consecutivos; III – necessidade premente
83 de água para atender situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições
84 climáticas adversas; IV – necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação
85 ambiental; V – necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para
86 os quais não se disponha de fontes alternativas; VI – necessidade de serem mantidas as
87 características de navegabilidade do corpo de água.", o que foi aprovado pelos
88 conselheiros presentes. O conselheiro Alexandre Possobon colocou que o termo "podrá
89 ser" deixa muito flexível, ao que a conselheira Alessandra Panizi ponderou que utilizar o
90 termo "será" iria engessar o processo, sendo aprovada a manutenção do termo "podrá
91 ser" no *caput* do art. 15. A Secretária do CEHIDRO continuou com a leitura dos artigos 17
92 e 18, sendo sugerida a exclusão do inciso V do artigo 18, sugerido pela PGE, que diz "
93 distribuir o custo sócio-ambiental pelo uso degradador e indiscriminado da água.", pois a
94 cobrança será feita somente sobre usuários regularizados e desta forma não se verificará
95 o uso indiscriminado ou degradador da água, o que foi aprovado pelos presentes. A
96 Secretária do CEHIDRO deu continuidade à leitura do art. 19, incluindo pela PGE e
97 sugeriu-se que o mesmo ficasse com a redação " Art. 19 – A fixação dos valores para a
98 cobrança pela utilização dos recursos hídricos obedecerá aos seguintes procedimentos: I
99 – estabelecimento dos limites e condicionantes pelo Conselho Estadual de Recursos
100 Hídricos; II – proposta, pela Agência de Água, dos valores a serem cobrados na Bacia; II
101 – aprovação, pelo Comitê de Bacia Hidrográfica, dos valores a serem cobrados na Bacia;
102 III – referência, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, das propostas dos Comitês,

103 dos valores da cobrança; IV – publicação dos valores a serem aplicados em cada bacia
104 por decreto do governador do estado; para que o mesmo ficasse em conformidade com
105 as atribuições dadas pela Minuta aos entes citados. Continuando, a Secretária do
106 CEHIDRO leu o Art. 20, sendo sugerido pela conselheira Alessandra Panizi que a
107 redação do *caput* do mesmo ficasse " Art. 20 O cálculo do custo da água, para efeito de
108 cobrança, observará, no mínimo: " o que foi aprovado. A Secretária do CEHIDRO fez a
109 leitura dos artigos 21 a 28, ponderando no artigo 28 que os incisos XII, XIII e XIV foram
110 sugeridos pela PGE como uma adaptação da Lei 12.334/2010 que trata da Política
111 nacional de Segurança de Barragens, visando a criação de uma Política Estadual de
112 Segurança de Barragens, porém a Câmara Técnica de Integração analisou este ponto e
113 verificou que a Política Nacional já atende ao Estado e atribui uma série de competências
114 ao mesmo, não sendo necessário se criar uma política estadual, sugerindo que fosse
115 suprimido os incisos XIII e XIV e o inciso XII ficasse com a seguinte redação : "XII – zelar
116 e estabelecer diretrizes para a implementação da Política Nacional de Segurança de
117 Barragens (PNSB);", o que foi aprovado pelos conselheiros presentes. Sugeriu-se que
118 fosse incluído um inciso com a reação "Referendar os valores da cobrança de uso da
119 água aprovados pelos Comitês de Bacias.", de forma a incluir a atribuição dada ao
120 CEHIDRO pela nova redação do Art. 19 da minuta, o que foi aprovado. A Secretária do
121 CEHIDRO continuou a leitura dos Artigos 29 e 30. O conselheiro Vicente Falcão ponderou
122 que da forma como esta escrito o *caput* do artigo 30 se fica na dependência do
123 Governador para a criação do Comitê, sugerindo que a criação dos Comitês se desse
124 através de Resolução do CEHIDRO como ocorre atualmente, o que foi aprovado. O
125 conselheiro Bathilde Abdala ponderou que com poderes deliberativos, consultivos e
126 normativos os Comitês podem alterar a Política de Recursos Hídricos localmente, tendo
127 assim uma atribuição maior que a dada pela Lei 9.433/97, sugerindo que o mesmo
128 mantenha estas atribuições mas suas decisões sejam referendadas pelo CEHIDRO, e
129 incluído como parágrafo único do artigo com o texto "as deliberações e as normativas
130 estabelecidas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas deverão ser referendadas pelo
131 CEHIDRO", o que foi aprovado pelos presentes. Em virtude do adiantado da hora o
132 Secretário Executivo sugeriu que se parasse a análise no artigo 30 e se continuasse a
133 mesma em uma próxima reunião extraordinária, o que foi aprovado pelos presentes e a
134 reunião extraordinária agendada para o dia 20 de agosto de 2015 às 09h, no Auditório do
135 parque Massairô Okamura. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que fosse feita uma
136 moção para a PGE e para a Assembleia Legislativa falando da necessidade de alterar o

137 texto em casos de absoluta ilegalidade, tendo vista o caráter técnico da Minuta e sua
138 apreciação por este Conselho, que foi aprovado pelos presentes. Nada mais havendo a
139 declarar o Secretário Executivo encerrou a reunião às 11h 34min e eu, Sibelle Christine
140 Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário
141 Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

142
143
144 **ANA LUIZA AVILA PETERLINI DE SOUZA**
145 Presidente do CEHIDRO

146
147
148 **NÉDIO CARLOS PINHEIRO**
149 Secretário Executivo do CEHIDRO

